



que se permite um intercâmbio entre as modalidades. Os gêneros textuais tanto podem se aproximar mais da oralidade como de uma escrita mais erudita, formal. Ele considera e valoriza, portanto, a diversidade.

Nossa proposta é trabalhar com um gênero textual de tipo "narrativa". Optaríamos pela literatura de Cordel. Este gênero nasce na oralidade, como "contações" de histórias inspiradas nas narrativas medievais. Temos um gênero que prima tanto pela oralidade quanto pela escrita. O "cordel dialoga com a cultura do outro, deve ser experimentado lido e não observado como algo exótico". O diálogo com a cultura outra é que nos interessa imediatamente considerando o mote da diversidade.

→ Aulas 1 e 2: Em um primeiro momento, os alunos ouviriam um cordel. Depois seriam questionados sobre o gênero: conhecem? Impressões? Gostaram? De onde vem? Enfim, abriria-se uma conversa/debate sobre a literatura de cordel. O objetivo é familiarizar os alunos com o gênero, a "história" e constituição ^{do cordel} pensar divulgadas para os alunos inclusive sobre a sua forma. (Questões sobre sua origem medieval e a difusão), no NE brasileiro seriam colocadas. O objetivo seria apresentar formalmente o gênero.

→ Aulas 3 e 4: A partir do mote "vida e morte", por exemplo, seria apresentado a cada grupo um cordel impresso no formato tradicional com xilogravura inclusa. Cada grupo leria e refletiria ^{sobre} algumas questões previamente elaboradas. O objetivo, além de dar acesso aos alunos à literatura de cordel, é promover gestos de interpretação e discussão em grupo. No segundo momento, os grupos interpretariam oralmente para a turma um "peço dramático" como é conhecida a "litura" do cordel. O objetivo é relacionar a escrita e a oralidade e de forma lúdica



Questão 1

A escola tradicionalmente valoriza a escrita em detrimento da oralidade e que pode ser atestado facilmente em currículos e planejamentos. Nesse sentido "a escrita foi ganhando importância superior à fala por se caracterizar como bem-social indispensável símbolo de educação desenvolvimento e poder das grandes nações" (Nobre: 2012). A escrita portanto, é mais prestigiada na escola do que a oralidade. Exercer acaba tornando-se um símbolo de ascensão social e quanto mais elaborada e formal for, maior o seu status.

Ora, se pretendemos um currículo diversificado precisamos equiparar a importância da escrita a da oralidade no processo ensino-aprendizagem. Como nos lembra Marcuschi, não há hierarquia entre elas nem uma deriva da outra, não ocupam as "extremidades" de uma linha reta, não são dicotômicos: suas semelhanças e diferenças se dão ao longo de um contínuo tipológico (2004) somos, a não ser por uma anomalia, pois falantes e não, necessariamente, excludentes.

Uma escola ocupada e preocupada com a diversidade deve não só primar pela escrita, mas pelo contrário, deve valorizar a oralidade e suas variações. Os diferentes falares precisam ser observados e considerados no planejamento. Oralidade e escrita devem se misturar no processo ensino-aprendizagem, incluindo suas variações.

Nesse sentido propomos nosso planejamento, aliado ~~de~~ na diversidade, na multiculturalidade e na equidade das diferenças.

Parece-nos consenso a importância de se trabalhar diferentes gêneros textuais em sala de aula, entendido por Azeredo (2005) como "formas relativamente estáveis para que a comunicação verbal se materialize nas diferentes práticas sociais". O gênero textual, além de possibilitar diferentes práticas, exi-



desenvolver habilidades de interpretação e do diálogo.

→ Aulas 5 e 6: Seriam distribuídos aos alunos poemas cujo mote fosse "vida e morte". Cada grupo (os mesmos das aulas anteriores) leria e refletiria sobre o poema recebido. O objetivo é oportunizar os alunos o contato com diferentes gêneros textuais com o mesmo mote, percebendo que isto não são necessariamente estanques entre si. Cada grupo após recitar o poema como se fosse um cordel de forma simples e reduzida. Cada grupo lerá a sua produção para a turma. O objetivo é movimentar a prática da leitura / da escrita / da leitura levando o aluno ao exercício da escrita incluindo.

Todo o processo será avaliado em conjunto os grupos receberiam uma ficha avaliando suas próprias práticas ao longo das três aulas e como elas foram (se foram) significativas para eles. A ficha teria pontos indicadores do processo avaliativo e espaços para comentários outros.

Como adepta das atividades interdisciplinares, penso que a literatura de Cordel poderia dialogar com a disciplina de Artes (confecção de xilogravuras), de história e geografia (visita à Feira de São Cristóvão), etc.

O importante é que todo o processo seja alegre e vivenciado pelos educandos significativamente e que o contato com outras culturas o tornem, o possibilizem, para a presença do Outro.



Questão 2:

Discutir a escola, a educação formal, significa discutir currículo; ele se constitui em um campo de estudos inserido no bojo dos movimentos de construção da escolarização. O currículo é um espaço em que diferentes atores sociais detentores de diferentes concepções se manifestam, é um espaço de tensões (Lopes e Macedo, 2002). Os envolvidos na cena educativa devem ser articuladores críticos e buscar propostas cada vez mais amplas, complementa Sacristán (1998), que deem conta da multiculturalidade.

O currículo deve ser o resultado do conhecimento e de práticas pedagógicas em que pesem debates e sejam consideradas o contexto escolar e sua dinâmica. Ele não pode ser descontextualizar, precisa ser tramado pelos envolvidos no processo educativo a partir de leituras múltiplas de mundo.

Não há como negar um tratamento global dado à cultura no Brasil ainda hoje, em que os valores, gostos, crenças entendidos como positivos refletem a cultura do colonizador, inserida em uma proposta etnocêntrica, portanto. Os currículos, assim, incorporam em si mais ou menos práticas inclusivas, respeitadas à diversidade, de acordo com quem elabora as suas diretrizes; seu texto refletirá as posições ideológicas dos seus elaboradores. Pensar sobre o currículo é pensar em seu caráter político e histórico porque ele é feito, se realiza, a partir de relações pessoais. Falar sobre currículo e diversidade deve implicar em falar e posicionar-se contra os processos de colonização e dominação.

É urgente que construamos políticas e práticas pedagógicas que tragam para a dimensão do currículo a diversidade. Ela (diversidade) precisa permear o planejamento (em seus diversos níveis) e as relações estabelecidas na escola, precisam encunhar, inclusive os processos tradicionais de avaliação.

Práticas alienadas "no imaginário negativo sobre os



diferentes, construídas no contexto das desigualdades sociais e discriminatórias" (Silva: 2002) precisam ser desconstruídas. As práticas rotas na e da escola (presentes no currículo) devem ser flexibilizadas na equidade e não na diferença, deve incluir todos e todas no processo educacional. É preciso questionar o olhar sobre os educandos que permeou as propostas curriculares, de forma a garantir que o novo olhar seja de respeito ao outro e de valorização das diferenças.

A escola precisa se indagar constantemente sobre a sua capacidade de inclusão real de toda a diversidade de seus educandos (os deficientes também); os currículos, a organização dos espaços, a formação das turmas, os processos de ensino-aprendizagem, estas também alinhados e coerentes às propostas de inclusão. Não basta estar no texto, precisa ser praticada! Como nos lembra Vigotski (98) "é na troca com outros sujeitos e consigo mesmo que se vai internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais".

A LDB (1996), o PNE (2001) e a Lei 10845 (2004) padronizam um polígono da "Educação Inclusiva" é fato. Mas na contramão, o núcleo comum dos currículos é primazia sobre a parte diversificada, o que de alguma forma engessa o planejamento do professor. A liberdade de criação de educadores e educandos está no tratamento à diversidade por si só, porque é na parte diversificada que podem usar tranquilamente inovar, olhar para o diferente e lidar com propostas antes marginalizadas.

As populações tradicionais e outros tantos grupos minoritários têm se organizando e exigindo que as escolas reconheçam os seus valores e os incorporem aos seus currículos desmistificando a inferioridade ou primitivismo de suas culturas.

A escola na contemporaneidade precisa "desvendar aspectos pedagógicos, culturais e históricos que proporcionem



aos educadores, uma nova consciência sobre a importância da produção de identidade e respeito às culturas diferentes que destaquem a importância da prática pedagógica cultural" (Campos: 2014). Não podem (ou não) deixar cair) currículos e práticas pedagógicas de não reconhecimento e valorização do diferente e de sua cultura.

Questão 3:

O professor de LP e Literatura do CAP não tem compromisso apenas com o processo ensino-aprendizagem dos alunos da turma da qual é docente. Muito pelo contrário o compromisso com a formação do licenciando é de igual ou de maior importância, considerando que o licenciando é o aluno "fim" do Colégio de Aplicação. Os colégios de Aplicação surgem (grosso modo) para, em um diálogo constante com a Universidade promover o aprimoramento na formação do ^{professor} no "novo" caso o estudante de letras da UFRJ. O professor do CAP tem assim uma dupla atribuição (entre outras para além da sala de aula) que precisam dialogar entre si não podem estar à parte: fazem parte de um mesmo processo. Os propósitos dos alunos do CAP e dos licenciandos já são por si só diversos.

Mediante a implementação de políticas que privilegiaram o acesso às Universidades de grupos historicamente excluídos também é diverso. O grupo de licenciandos que chega ao CAP: faixa etária, etnia, crenças, classe... O professor de LP e Literatura precisa, por consequência, lidar com as diferenças. A experiência da diversidade, diga-se, é tensa e complexa: "é preciso estar atento e forte".

Os licenciandos por sua vez, orientados pelo professor regente de LP também lidam com a diversidade. É salutar que participe das discussões sobre currículo,



do planejamento das aulas que tragam suas histórias e as ~~de~~ usem nas sugestões que podem e devem dar.

É importante que participem da seleção e na construção de conhecimentos observando a dinâmica social política e cultural da escola. Eles são ~~os~~ atores sociais da escola e como interlocutores precisam se articular, discutir, criticar, posicionarem-se politicamente, estarem atentos às diferenças.

Como futuros professores de LP e literatura cabe ao professor do Aps discutir com seus licenciandos sobre a língua enquanto conhecimento cumulativo em que se inserem a oralidade e a escrita. É preciso discutir com seus licenciandos os poderes que estão em jogo durante a seleção de conteúdos por exemplo. É preciso mostrar que há uma língua brasileira e dentro dela muitas variações que precisam sair da marginalidade. É preciso mostrar a eles que a multiplicidade cultural passa pela multiplicidade de falares e de escritas. É preciso mostrar que as diferenças ultrapassam a questão da oralidade e da escrita mas precisam ser pensadas como construção histórica, cultural e social.

A dimensão das responsabilidades do professor dos Aps ultrapassam^o de outros professores. Nesse sentido a aceitação das diferenças e o comprometimento com a multiculturalidade e com a diversidade se faz ainda mais necessária, imprescindível, ouso dizer, para o exercício da docência.